

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE BIRIGUI-SP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2021

MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA,

pessoa jurídica de direito privado, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. Rafael Prudente Carvalho Silva, RG nº. 44.116.702-0 e CPF sob o nº 350.882.968-51, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 21.922.507/0001-72, com sede em Barueri/SP, à Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Torre I, Ed. Jacarandá, Bairro Sitio Tamboré Jubran – licitacao@megavalecard.com.br, (11) 35040770, por seus advogados que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da classificação da empresa **LE CARD ADMINISTRADORA DE
CARTÕES LTDA**, segunda colocada no certame, pelas razões a seguir expostas.

I - DOS FATOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI-SP, realizou o Pregão Eletrônico Nº 069/2021, cujo objeto é:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, EMISSÃO, FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO/ELETRÔNICO E RESPECTIVAS SENHAS, COM A OBRIGATORIEDADE DE CREDITAR NOS RESPECTIVOS CARTÕES OS VALORES CORRESPONDENTES AO VALE-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI”

Ocorre que na ocasião, a empresa BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. sagrou-se vencedora e firmou contrato administrativo. Entretanto, no curso da execução, o contrato sofreu alterações relevantes especialmente:

1. Zerou a taxa de administração;
2. Modificação nos valores contratuais originalmente pactuados.

Recentemente, a empresa BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. rescindiu o contrato, razão pela qual foi convocada a segunda colocada no pregão, a **LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

Contudo, diante das mudanças ocorridas no contrato original, **não se trata mais da mesma proposta ofertada no certame**, pois os parâmetros econômico-financeiros foram substancialmente alterados. Nessas circunstâncias, o correto seria que o órgão licitante procedesse à **reavaliação dos critérios de desempate previstos no art. 60**

da Lei nº 14.133/21, e, se persistisse empate, realizasse **sorteio público, de forma transparente e isonômica.**

Portanto, a segunda colocada, foi convocada, **sem análise dos critérios de desempate legais, quais sejam o artigo 60, § 1º da Lei 14.133/2021 e do próprio edital.**

I – DO DIREITO:

O artigo 60 da Lei nº 14.133/21 estabelece critérios obrigatórios de desempate entre propostas equivalentes, em ordem de aplicação, antes da realização de sorteio:

Art. 60. **Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:**

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; [\(Vide Decreto nº 11.430, de 2023\)](#) [Vigência](#)

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II - empresas brasileiras;
- III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

No entanto, durante a execução do contrato celebrado com a empresa BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., o Município de Birigui promoveu **alterações substanciais nas condições pactuadas**, notadamente o zeramento da taxa de administração e a modificação dos valores originalmente contratados.

Essas modificações impactaram diretamente a equação econômico-financeira do contrato, descaracterizando as condições da licitação original e gerando **tratamento desigual entre os licitantes**, uma vez que tais alterações não foram submetidas aos demais concorrentes.

A jurisprudência é clara no sentido de que a alteração de cláusulas essenciais em contratos administrativos, sem a correspondente oportunidade de reequilíbrio ou nova disputa entre os licitantes, **configura violação ao princípio da isonomia e à vinculação ao instrumento convocatório**:

- **STJ – RMS 37.031/DF – Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 18/09/2012:**

“A Administração não pode modificar substancialmente as condições do contrato sem observar os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de burla ao procedimento licitatório.”

- **TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário:**

“Qualquer alteração contratual que repercuta na essência da proposta vencedora, quando não estendida aos demais licitantes, compromete a lisura do certame e viola o princípio da competitividade.”

- **TJSP – Apelação nº 1003355-57.2018.8.26.0053 – Rel. Des. Ferraz de Arruda, j. 05/06/2020:**

“A modificação substancial em contrato administrativo, sem prévia reabertura da disputa entre os licitantes, fere os princípios da isonomia e da legalidade, impondo a anulação do ajuste.”

A doutrina administrativa também é uníssona:

- **Maria Sylvia Zanella Di Pietro** (Direito Administrativo, 35ª ed., 2022):

“Alterações que desnaturem a proposta original ou impliquem condições mais vantajosas para a Administração não podem ser implementadas sem violação ao princípio da igualdade entre os licitantes. Nesses casos, exige-se a reabertura da competição.”

- **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2021):

“A modificação substancial do contrato administrativo pode equivaler, em verdade, à contratação direta de objeto diverso, hipótese em que

se impõe a realização de novo procedimento licitatório ou, ao menos, a readequação das condições de disputa aos demais licitantes.”

Assim, não se mostra legítima a convocação direta da empresa **LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, segunda colocada, sem que haja **reavaliação dos critérios de desempate** e, se necessário, a realização de **sorteio público**, conforme determina o art. 60 da Lei 14.133/21.

A manutenção da decisão administrativa como se o contrato permanecesse hígido nas condições originais ignora que houve verdadeira modificação do objeto licitado, o que exige a observância dos princípios da isonomia, legalidade, competitividade e vinculação ao edital.

IV– DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Em face do exposto, requer-se seja

a) Dado PROVIMENTO ao presente recurso interposto por MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA para ANULAR o ato que declarou/convocou a empresa LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA vencedora.

b) A determinação para que o órgão licitante **retorne à fase de desempate**, aplicando-se rigorosamente os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21 e no edital;

c) Caso se mantenha o empate, que seja realizado **sorteio público e transparente**, em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade e isonomia;

Requer, ainda, que todas as intimações, caso encaminhadas eletronicamente, sejam enviadas ao e-mail: juridico@megavalecard.com.br com cópia para o e-mail: licitacao@megavalecard.com.br.

Termos em que, pede deferimento.

Barueri - SP, 02 de outubro de 2025.

MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA

Rafael Prudente Carvalho Silva

OAB/SP 288.403